



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA	19-3-80	CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

# A prisão de Manuel Maria Múrias e o ataque da UNESCO à liberdade de Imprensa

"Assassinos da Democracia Portuguesa... Os juizes não actuam com medo... mas não desesperamos!" — declarou o conselheiro da Revolução Vasco Lourenço no decorrer de uma cerimónia qualquer, algures, num aquartelamento qualquer, há já algum tempo, referindo-se ao corpo redactorial do jornal "A Rua", e por maioria de razão ao seu director, Manuel Maria Múrias.

Revimo-lo e ouvimo-lo proferir estas proféticas palavras — titubeante, rancoroso, enchouraçado no seu uniforme das grandes ocasiões — no programa "Década de 70", transmitido na passada quarta-feira pelo Canal 2 da RTP.

O vaticínio cumpriu-se. Manuel Maria está na cadeia... Na mesa de cabeceira do "capitão de Abril", deixou de figurar a obra de Søren Aabye Kierkegaard que lhe mitigava a insónia, prontamente substituída por literatura mais ligeira, menos contundente, mais adequada ao mavórtico paleocórtex.

Agora o conselheiro Lourenço dorme bem. Suspeitamos que até ressoa.

Sonha, com certeza deliciado, com um Manuel Maria Múrias coberto de correntes, grilhetas nos pés, finalmente calado e vergado ao peso da ignomínia, cumprindo o pesado e merecido castigo pelo pavoroso infanticídio na pessoa da jovem e mimosa... Democracia Portuguesa. Nefando crime. Medonho vérdugo.

Porém, coloca-se aqui e já uma controversa questão de Doutrina, aliás, eterno quebra-cabeças do caloiro de Direito: a célebre hipótese dos conceptos dos nascituros e dos nado-mortos à qual, maliciosa e revolucionariamente, para complicar, adicionamos a não menos discutida tese do aborto.

Desdenhando, com respeitosa vénia, da jurisprudência, dos compêndios, dos ensaios, dos códigos, da profusa legislação avulsa, dos manuais, das sebtas e dos ensinamentos teórico-práticos, procuraremos equacionar o bocado problema com fundamento nas normas consuetudinárias que, "grosso modo", são regras de bom senso fixadas na tradição popular.

## DEMOCRACIA ASSASSINADA!

Principiamos. O menos dotado dos humanos (não é, graças a Deus, o caso do nosso conselheiro nem dos seus conspícuos camaradas) compreende, sem dificuldade, que só se deve sofrer punição quando se esfolta, estropia, esborracha, torce, esgana, apunhala, baleia, enforca, defenestra, aporrteia, afoga, atropela ou anvenena um ser vivo.

Ora a Democracia Portuguesa, que sabemos, será um concepturo, quanto muito um nascituro e, se perfilharmos sobre o aborto a óptica vanguardista professada nos meios progressistas (insubstituíveis pipas de Direito...), nem na segunda probabilidade ela poderá incluir-se como "existência".

Manuel Maria Múrias não matou, portanto, coisa alguma. Porque, pura e simplesmente, a tal Democracia Portuguesa nunca existiu. Porventura, o jornalista terá atingido uma entidade qualquer. Talvez aquilo que na madrugada primaveril de 25/4 saiu ruidosamente das entranhas revolucionárias da anti-Nação fecundadas pelo MFA: uma criatura gazosa, sem forma, com cheiro desagradável, desprovida de atributos que permitam classificá-la em termos biológicos, incapaz, inclusive, de distinguir a rubra cor dos cravos que, para a orquestrada saudação ao auspicioso rebento, foram introduzidos nos canos das G3, violando a alma de aço e de morte das

velhas e fiéis companheiras da guerra de África, por misericórdia e em boa hora, transformadas em tubulares jarras de ferro para serem preservadas de maior humilhação: o verem-se empunhadas sem honra nem virilidade pelas mãos trémulas de combatentes de opereta que abjuraram o sagrado compromisso para com Portugal.

Manuel Maria Múrias está, por isso, injustificadamente enclausurado no Linho. Mas não nos surpreende que tal lhe tenha sucedido. Saber-se que enjedia a virilidade, a coragem, a lealdade, o patriotismo e o talento foi a intenção do redactor socialista da actual Lei da Imprensa, legislação, aliás, identificada com a linha do poderoso ataque à liberdade de Imprensa iniciado frontalmente à dez anos a partir da Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas: UNESCO.

## O FIM DA IMPRENSA LIVRE

Na realidade, a detenção de Manuel Maria Múrias não se circunscreve a uma actuação de âmbito nacional, muito menos à mera responsabilização por ofensas a Mário Soares enquanto Primeiro-Ministro ou a Melo Antunes enquanto conselheiro da revolução. É resultante de uma autêntica conspiração que ultrapassa as fronteiras nacionais e se encaixa na campanha atrás mencionada, onde se distingue como principal paladino, empurrado por um desmesurado complexo rácico e por uma espessa ignorância ("A BBC é tão objectiva como a Rádio Moscovo ou a Rádio de Tirana") — declarava em 1974 o senegalês Amadu-Mahtar M'Bow, director-geral da UNESCO. M'Bow, temperal, pouco diplomático e sectorial, vem sendo "corrigido", apoiado e acolitado pelo irlandês Sean MacBride, velho "factotum" soviético, mundialista assanhado, prémios Nobel e Lenine da Paz e supervisor para a comissão da Comunicação Social. Neste painel suspeito, "inseriu-se" com perfeição, descontração e toda a ligeireza possível, Maria de Lourdes Pintassilgo que, não obstante, foi escolhida para nossa Primeira-Ministra pelo general Ramalho Eanes, garante das liberdades lusitanas...

As tentativas para amordacar a Imprensa principiaram quando, em 1970, a URSS procurou impôr a condenação pela UNESCO de "propaganda radiodifundida incitando à guerra e ao racismo" com vista a silenciar emissoras como a Rádio Free Europe, cujos programas são captados no Leste e em território soviético. Em 1972 os russos voltaram à carga, apresentando um projecto de declaração sobre os princípios de utilização dos meios

REDACTOR RESPONSÁVEL:  
JOÃO GARIN



Manuel Maria Múrias: mais um julgamento...

## A lei que permitiu a condenação do director de "A Rua" é a resultante lógica da submissão dos socialistas à Nova Ordem Internacional desejosa, entre outros objectivos, de reduzir a Europa ao nível cultural do Terceiro Mundo

de comunicação com a habitual desculpa: "reforçar a luta pela paz e contra o colonialismo".

Três anos depois, no decorrer de uma conferência onde participaram peritos de diversos países, aprovou-se uma moção contra a liberdade de Imprensa que, em 1976, foi submetida a debate na conferência da UNESCO, realizada em Nairobi. Posteriormente submeteu-se o documento à discussão dos delegados à 20a. sessão da Assembleia Geral desta agência da ONU e os Estados Unidos da América, abandonando a posição lógica de firme repúdio, decidiram adiantar algumas alterações ao texto base de autoria soviética.

Os países socialistas e do Terceiro Mundo, empenhados em reduzir a Europa ao nível de subdesenvolvimento cultural deles, votaram e lograram aprovar o documento emendado ao qual puseram um título significativo e extenso — "Declaração dos Princípios Básicos sobre a Contribuição dos Meios de Comunicação Social para a Consolidação da Paz e da Compreensão Mútua Internacional para o Desenvolvimento dos Direitos Humanos e para a Luta contra o Racismo, o Apartheid e a Instigação à Guerra".

Com as modificações formais introduzidas pelos americanos à primária redacção soviética ficaram consagradas

numerosas limitações à liberdade, distinguindo-se, pelo seu carácter particularmente aberrante, o seguinte ponto: "Os jornalistas e os meios de comunicação social têm o dever moral de servir a causa da paz e combater o colonialismo, apoiar a Nova Ordem Económica Internacional e educar a juventude no espírito da paz!..."

Todavia, ainda insatisfeitos com este triunfo totalitário, em Setembro e Outubro de 1979, desencadearam outra ofensiva. Sean MacBride, agora porta-voz descarado do reducionismo, propôs que os jornalistas "fossem protegidos" por meio de um estatuto semelhante ao dos diplomatas. Mostrando-se estranhamente preocupado com a integridade física dos homens da Imprensa, argumentou que "fazer jornalismo era muitíssimo arriscado"...

Por uma vez, os representantes do Ocidente compreenderam a jogada, dispensaram os cuidados humanitários do pacifista irlandês, respondendo-lhe que "a protecção era dispensável" e, em lugar de um benefício "cedo conduziria a um controlo dos repórteres pelos governos".

MacBride não desistiu. No passado mês de Fevereiro, tornou a "vender" a protecção com tal insistência que conseguiu esgotar a paciência até aos consentâneos e co-

perantes funcionários do "establishment" americano.

Um destes, Mort Rosenblum, no "International Herald Tribune" de 25 desse mês escreve com desespero que o desejo manifestado pelo conluio soviético-terceiro mundista era "impedir a divulgação de notícias embaraçosas" e que "quantos desejam controlar a Imprensa descobriram na UNESCO uma excelente maneira de disfarçar esse impulso". Como flagrante atentado contra a liberdade de Imprensa menciona o

caso de um texto da sua autoria, inserto num documento de trabalho da agência da ONU, ter sido cinco vezes citado fora do contexto e distorcido.

Mais claras ainda são as declarações de Gerald Long, director da Reuter, proferidas no Clube de Correspondentes Estrangeiros de Hong Kong.

"O relatório de MacBride sobre a comunicação social é um monstro, um híbrido recheado de contradições irreconciliáveis" — disse. E acrescentou:

"Esse trabalho deixa transparecer um ódio visceral contra a informação livre. Portanto, a actividade da UNESCO neste sector deve ser vigiada de perto e contrariada por quantos prezam a liberdade de Imprensa".

## CONCLUSÃO LÓGICA

Perante esta alucinada actuação dos mundialistas da UNESCO e conhecendo-se a profunda ligação entre eles, os partidos Socialista e Comunista e alguns conselheiros da revolução, deixa de causar espanto como foi possível entrar em vigor no nosso País uma "Lei de Imprensa" viciada, consagrando a paralisia do pensamento e facultando os aparelhos necessários à subtil repressão das vozes discordantes do "sistema".

As perseguições políticas a Manuel Maria Múrias e a tantos outros profissionais que denunciaram as incontáveis irregularidades, felonias ou crimes de delito comum praticados pelos libertários saídos da "abrilada" incluem-se, sem margem para dúvidas, nesta orquestração internacional.

E o curioso é que esses libertários, entre os desbotados estandartes que e demagogicamente brandiam, sobressaíam o da Liberdade de Imprensa! Esqueceram-se, porém, de nos ensinar que a Liberdade de Imprensa "deles" não aceitava oposições à Nova Ordem socialista.

FONTES: "Vida Soviética", no. 44, Janeiro de 1979

"Newsweek" de 24 de Setembro de 1979

"International Herald Tribune" de 26 de Setembro de 1979, de 25 e 28 de Fevereiro de 1980 e de 1 de Março de 1980.